

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE GEOGRAFIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA E NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO INGÁ-PB

HERITAGE EDUCATION AND GEOGRAPHY TEACHING: PEDAGOGICAL PRACTICES
IN THE HISTORIC CENTER OF JOÃO PESSOA AND AT THE INGÁ-PB
ARCHAEOLOGICAL SITE

EDUCACIÓN PATRIMONIAL Y ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA: PRÁCTICAS
PEDAGÓGICAS EN EL CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA Y EN EL SITIO
ARQUEOLÓGICO DE INGÁ (PARAÍBA)

Ana Flávia Alves de Sales¹
Rozineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO: O presente artigo analisa a relevância da educação patrimonial, das concepções de patrimônio e do turismo cultural no âmbito do ensino de Geografia na Educação Básica. Sob a ótica de uma pesquisa de campo qualitativa com caráter de relato de experiência pedagógica (pesquisa-ação), descreve-se e reflete-se sobre o projeto executado em 2026 com turmas do Ensino Médio Técnico Integrado na Escola Estadual Presidente João Goulart, em João Pessoa-PB. O percurso metodológico contemplou aulas expositivas, diálogos diagnósticos e visitas de campo orientadas ao Centro Histórico de João Pessoa e ao Sítio Arqueológico do Ingá (Itacoatiaras). Os resultados evidenciam que o contato direto dos estudantes com o patrimônio histórico-cultural, material e imaterial, ampliou de forma significativa os conhecimentos teóricos além do livro didático, fortalecendo a identidade comunitária e a percepção dos discentes como sujeitos histórico-geográficos ativos. Constatou-se, ainda, a urgente necessidade de conservação ambiental e de infraestrutura turística do Sítio Arqueológico do Ingá frente a fatores físico-químicos degradantes que atuam na Pedra do Ingá.

1

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Ensino de Geografia. Pedra do Ingá.

ABSTRACT: This article analyzes the relevance of heritage education, concepts of heritage, and cultural tourism within the context of Geography teaching in basic education. Based on qualitative field research—specifically an account of a pedagogical experience (action research)—the study describes and reflects upon a project carried out in 2026 with classes from the Integrated Technical High School program at the Presidente João Goulart State School in João Pessoa, Paraíba. The methodological approach included lectures, diagnostic dialogues, and guided field trips to the Historic Center of João Pessoa and the Ingá Archaeological Site (Itacoatiaras). The results demonstrate that direct student engagement with tangible and intangible historical-cultural heritage significantly expanded theoretical knowledge beyond the textbook, strengthening community identity and the students' perception of themselves as active historical-geographic agents. Furthermore, the study identified an urgent need for environmental conservation and tourism infrastructure improvements at the Ingá Archaeological Site to address the degrading physicochemical factors affecting the Pedra do Ingá (Ingá Stone).

Keywords: Heritage Education. Geography Teaching. Pedra do Ingá.

¹Discente do curso de Mestrado em Educação da Christian Business School.

Orientadora. Ph.D.Doutora em Ciências da Educação, professora orientadora da Christian Business School-CBS.

RESUMEN: El presente artículo analiza la relevancia de la educación patrimonial, las concepciones de patrimonio y el turismo cultural en el ámbito de la enseñanza de la Geografía en la educación básica. Desde la perspectiva de una investigación de campo cualitativa con carácter de relato de experiencia pedagógica (investigación-acción), se describe y reflexiona sobre el proyecto realizado en 2026 con grupos de Enseñanza Media Técnica Integrada en la Escuela Estatal President João Goulart, en João Pessoa (Paraíba). El recorrido metodológico incluyó clases expositivas, diálogos diagnósticos y visitas de campo guiadas al Centro Histórico de João Pessoa y al Sitio Arqueológico de Ingá (Itacoatiaras). Los resultados evidencian que el contacto directo de los estudiantes con el patrimonio histórico-cultural —tanto material como inmaterial— amplió significativamente los conocimientos teóricos más allá del libro de texto, fortaleciendo la identidad comunitaria y la percepción de los alumnos como sujetos histórico-geográficos activos. Asimismo, se constató la urgente necesidad de conservación ambiental y de mejora de la infraestructura turística del Sitio Arqueológico de Ingá frente a los factores físico-químicos degradantes que afectan a la Piedra de Ingá.

Palabras clave: Educación patrimonial. Enseñanza de la geografía. Pedra do Ingá.

INTRODUÇÃO

O estudo da Geografia escolar ganha uma nova dimensão analítica quando integrado de forma intencional e planejada à vivência direta e à análise empírica do espaço vivido. Este artigo aborda e analisa a estreita relação dialética entre a educação patrimonial, as concepções sociais de patrimônio e o fomento ao turismo cultural na educação básica. O foco central desta reflexão reside na prática pedagógica e de campo desenvolvida no ano letivo de 2026 com estudantes do Ensino Médio Técnico Integrado da Escola Estadual Presidente João Goulart, localizada no bairro do Castelo Branco, na cidade de João Pessoa-PB. O projeto envolveu diretamente a turma do 2º ano do curso técnico de Serviço de Bar e Restaurante, bem como discentes do 1º e 2º anos do curso de Hotelaria, em atividades de imersão de campo na capital e no interior paraibano.

Apresentar e desenvolver ações interdisciplinares em políticas de turismo e educação patrimonial, voltadas para o melhor aproveitamento e a valorização das riquezas locais, constitui uma necessidade imperiosa no cenário pedagógico contemporâneo. A prática educativa realizada em sala de aula e fora dela conduz o estudante a ampliar seus horizontes cognitivos muito além dos limites do livro didático tradicional, aprimorando seus conhecimentos teóricos e suas ações práticas em relação ao patrimônio cultural e histórico, seja ele material ou imaterial. Esse processo contribui direta ou indiretamente com o desenvolvimento de boas práticas de preservação e sustentabilidade social, tanto no local onde o aluno reside quanto nos espaços de visitação turística que ele venha a frequentar no futuro.

O referencial que norteia este trabalho parte da concepção de patrimônio como a herança material e simbólica produzida pelos seres humanos em sociedade. Essa herança representa um vasto acervo coletivo, sendo o registro materializado dos acontecimentos que compõem a história de um determinado lugar e de uma sociedade. Todavia, observa-se que esse rico acervo frequentemente se perde ou sofre graves processos de apagamento físico e simbólico, motivados tanto pela falta de incentivos públicos à preservação quanto pela perda progressiva da identidade local e comunitária frente às rápidas e intensas interferências culturais de um mundo globalizado.

Dessa maneira, a relevância deste estudo se justifica de forma implícita pela urgência de se implementar ações de Educação Patrimonial sistemáticas no currículo do Ensino Médio, sobretudo no âmbito de cursos voltados para o setor de serviços e turismo, como Hotelaria e Restaurante. O objetivo geral deste artigo é descrever e analisar teoricamente as etapas de planejamento, execução e avaliação do projeto pedagógico de campo realizado com as turmas técnicas no Centro Histórico de João Pessoa e no Sítio Arqueológico do Ingá, discutindo seu impacto na formação do estudante enquanto sujeito histórico-geográfico consciente de suas próprias referências culturais.

MÉTODOS

A presente pesquisa se caracteriza epistemologicamente como um estudo de campo de natureza qualitativa com caráter de relato de experiência pedagógica de intervenção-ação. Esse delineamento metodológico permitiu à pesquisadora-docente planejar, executar e avaliar uma prática de campo integrada, voltada para a transformação da percepção espacial e patrimonial dos estudantes do Ensino Médio Técnico Integrado. O público-alvo da intervenção foi constituído por discentes da Escola Estadual Presidente João Goulart, abrangendo as turmas do 2º ano do curso técnico de Serviço de Bar e Restaurante e estudantes do 1º e 2º anos do curso técnico de Hotelaria.

O percurso metodológico do projeto pedagógico foi desenvolvido em quatro etapas distintas e encadeadas:

1. Etapa Diagnóstica (Diálogo Informal): Realização de um diálogo informal em sala de aula visando aferir as concepções prévias dos estudantes sobre o conceito de patrimônio histórico e cultural. Esta etapa revelou um diagnóstico crucial: apesar de habitarem a capital

paraibana, a esmagadora maioria dos alunos desconhecia o Centro Histórico de João Pessoa, ignorando sua importância sócio-espacial e o potencial do turismo local.

2. Etapa Expositiva e Planejamento: Introdução teórica dos conceitos de Educação Patrimonial, história do patrimônio e sua relevância econômica e turística. Foram apresentados bens patrimoniais do interior da Paraíba, destacando o Sítio Arqueológico de Ingá e as referências históricas da cidade de Areia, estimulando a curiosidade investigativa dos alunos.

3. Etapa de Campo (Imersão Dirigida): Divisão das turmas em grupos de pesquisa e realização das visitas de campo guiadas. Os grupos foram designados para visitar e pesquisar marcos estratégicos do Centro Histórico de João Pessoa (Hotel Globo, Praça Antenor Navarro, Praça João Pessoa, Casa da Pólvora e Igreja de São Francisco) ou pesquisar sobre a cidade histórica de Areia, além de uma expedição científica conjunta e integrada para o Sítio Arqueológico do Ingá, situado no agreste.

4. Etapa de Sistematização e Avaliação: Processamento dos dados coletados pelos discentes por meio de registros fotográficos de autoria própria, relatórios de pesquisa, desenhos à mão livre representando as fachadas e monumentos históricos visitados, e apresentações orais em sala de aula, seguidas de amplos debates sobre a preservação e valorização dessas riquezas.

RESULTADOS

A imersão prática no Centro Histórico de João Pessoa permitiu aos estudantes compreender, in loco, a formação sócio-espacial e os marcos histórico-arquitetônicos da capital paraibana. Os alunos exploraram cinco pontos estratégicos e de altíssima relevância patrimonial, relacionando a dinâmica espacial com a história do desenvolvimento econômico e turístico local.

A primeira estação visitada e analisada de forma detida pelos alunos foi o Hotel Globo, integrante do conjunto arquitetônico do Pátio de São Frei Pedro Gonçalves. Tombado pelo patrimônio histórico estadual, o monumento caracteriza-se pelo estilo arquitetônico eclético, cujas linhas estéticas denotam influências diretas do Neoclássico, do Art Nouveau e do Art Déco (Cabral, 1998a; Nóbrega, 1982). Construído em 1928 pelo hoteleiro Henriques Siqueira, conhecido na sociedade como "Marinheiro", o hotel possuía uma localização privilegiada, situado nas proximidades do Porto do Varadouro (ou Porto do Capim), que constituía o principal centro comercial e via de circulação de mercadorias da cidade na época (Nóbrega, 1982).

Durante o período compreendido entre 1929 e 1938, o Hotel Globo viveu o seu auge socioeconômico, atuando como o principal ponto de encontro da alta sociedade e hospedando figuras públicas de relevância histórica, tais como Procópio Ferreira, Bibi Ferreira, Tônia Carrero, Ernesto Geisel, Gratuliano de Brito, além de grandes usineiros e viajantes comerciais estrangeiros (CPCH, 1999). Entretanto, a partir de 1935, com a inauguração do Porto de Cabedelo, as atividades do Porto da Cidade foram sendo paulatinamente desativadas, desencadeando a decadência econômica da área do Varadouro e, por conseguinte, do Hotel Globo. Nas décadas de 1940 e 1950, o estabelecimento funcionou de forma precária, operando mais como um bar boêmio do que propriamente como hotel. Somente em 1994, através do Convênio Brasil/Espanha, o prédio foi restaurado, sendo readequado para abrigar a Oficina Escola de João Pessoa, a Comissão do Centro Histórico e a Subsecretaria de Cultura do Estado (Cabral, 1998a). Na visita, os alunos de Hotelaria e Serviço de Bar e Restaurante puderam observar a reconfiguração funcional desse espaço que, do seu pátio externo, ainda oferece aos visitantes a contemplação do pôr-do-sol sobre o rio Sanhauá, berço da formação territorial da capital (CPCH, 1999).

Em seguida, os grupos visitaram a Praça Antenor Navarro, que marca o início da tradicional Rua Maciel Pinheiro. O surgimento da praça está atrelado a profundas reformas urbanísticas promovidas no final da década de 1920 e início de 1930, período em que um conjunto de sobrados de dois e três pavimentos, onde outrora funcionavam pensões, farmácias e comércios, foi inteiramente demolido para dar lugar a uma área livre de convivência pública dotada de jambeiros e bancos, entregue à população em 1933. O casario histórico que compõe as laterais da praça data do mesmo período, abrigando originalmente estabelecimentos comerciais no pavimento térreo e escritórios de renomados profissionais liberais nos pavimentos superiores. Do ponto de vista estético, os edifícios apresentam arquitetura predominantemente eclética, com exemplares expressivos do movimento Art Déco.

A terceira parada pedagógica foi a Praça João Pessoa, popularmente reconhecida como a Praça dos Três Poderes, haja vista que reúne em seu entorno os edifícios-sede do Palácio do Governo, do Tribunal de Justiça e da Assembleia Legislativa do Estado. No centro geográfico da praça, os alunos analisaram o monumento "O Altar da Pátria", um conjunto escultórico em estilo Art Déco concebido pelo escultor Humberto Cozzo. Esse monumento, construído em blocos de granito, possui dimensões de 10 por 14 metros de base e alcança 10 metros de altura

total, apresentando grupos estatutários alegóricos que representam a identidade nacional e estadual.

Na sequência das atividades de campo no centro histórico, os alunos exploraram a Casa da Pólvora. Além de ser um símbolo do esforço militar colonizador português no Nordeste do Brasil, a Casa da Pólvora é um remanescente do século XVII (traços seiscentistas) que guarda em sua materialidade a memória do passado de afirmação cultural da Paraíba. O local constitui uma referência de afirmação cultural que solidificou a identidade do povo paraibano e que atualmente integra as rotas de turismo cultural da capital paraibana. Como marco de um tempo em que a cidade se limitava à parte alta, detém uma das vistas mais impressionantes para o estuário do Rio Paraíba. Os estudantes realizaram pesquisas detalhadas, apresentaram seminários sobre o local e exercitaram a técnica do desenho à mão livre, registrando seus traços arquitetônicos e sua importância para o turismo regional.

Por fim, a visita contemplou o majestoso conjunto arquitetônico da Igreja de São Francisco e Convento de Santo Antônio, composto pelo Adro, Igreja, Convento e Cruzeiro. Considerado o maior monumento barroco de toda a América Latina (Rodrigues, 2001), o complexo teve sua edificação iniciada em 1589 por frades franciscanos com o intuito de apoiar os jesuítas na catequização dos povos indígenas. A construção estendeu-se por séculos, sendo integralmente concluída apenas no ano de 1788 (Nóbrega, 1982). Durante a invasão holandesa na Paraíba, o complexo teve suas obras interrompidas e o convento serviu de residência para diretores holandeses (CPCH, 1999).

O estilo arquitetônico da Igreja de São Francisco é fiel ao barroco rococó, constituindo o elemento artístico-religioso mais relevante do complexo. O Adro da igreja, iniciado no século XVI, é cercado por duas grandes muralhas antigas e azulejadas, com seis painéis de azulejos que representam as estações da Paixão de Cristo, encimadas por detalhados acabamentos em pedra e piso de lajes seculares (Nóbrega, 1982). No adro ergue-se o Cruzeiro de São Francisco, o único cruzeiro remanescente em toda a cidade de João Pessoa. O conjunto completo encontra-se tombado pelo IPHAN desde 1952. Os franciscanos habitaram o convento até 1885, período em que foi tomado pelo Império para a instalação de uma Escola de Aprendizes Marinheiros e de um Hospital Militar. Com a criação da Diocese da Paraíba, o primeiro bispo, Dom Adauto de Miranda Henriques, reouve o prédio, convertendo-o em seminário e colégio diocesano, função formativa que perdurou por 70 anos. Após o fechamento para restauração em 1979, o local foi

solenemente reaberto em 6 de março de 1990 como Centro Cultural de São Francisco (CCSF, 1999), abrigando mostras permanentes de arte popular brasileira e eventos culturais diversos.

A pesquisa de campo expandiu-se em direção ao agreste da Paraíba, conduzindo os estudantes para o município de Ingá-PB. O território municipal abrange uma área de 197 km² situada na base da escarpa oriental do Planalto da Borborema. Caracterizada por um clima quente e seco, com temperaturas oscilando entre 22°C e 35°C e forte índice de insolação, a região possui vegetação com predominância de caatinga, configurando uma mata subcaducifólia de transição com espécies tipicamente xerófilas da caatinga e alguns elementos característicos de mata úmida.

A Pedra do Ingá só passou a receber atenção voltada para o fomento turístico a partir de meados da década de 1980, período em que o poder público iniciou a pavimentação asfáltica da via de acesso que liga a zona urbana do município ao sítio Pedra Lavrada e construiu o prédio de apoio ao sítio arqueológico. Sob a monitoria e explicação qualificada do guia turístico local, conhecido como Júnior, os alunos de Serviço de Bar e Restaurante e Hotelaria puderam analisar detidamente as famosas Itacoatiaras do Ingá, deparando-se com a grandiosidade e os mistérios do monumento arqueológico.

Durante a explanação teórica em campo, foram discutidas as principais teorias que tentam explicar a autoria e os significados dos enigmáticos símbolos entalhados na rocha. Dentre os argumentos científicos e históricos apresentados pelo guia, destacou-se a teoria de que as inscrições rupestres teriam sido gravadas por comunidades de caçadores-coletores da pré-história durante o período da Pedra Lascada; outra hipótese de cunho histórico atribui as gravuras a populações indígenas locais em tempos pré-cabralinos ou até mesmo a navegadores fenícios em trânsito pela América do Sul. Ressalta-se que, apesar de exaustivamente estudada, nenhuma dessas teorias obteve comprovação definitiva até os dias atuais, preservando o caráter místico e enigmático das gravuras.

Após a imersão junto ao painel rochoso das Itacoatiaras, os estudantes visitaram o Museu de História Natural localizado nas dependências do próprio sítio arqueológico. No museu, puderam observar e analisar o acervo de fósseis e ossos de animais pertencentes à megafauna pré-histórica que habitava o semiárido paraibano, integrando o conhecimento arqueológico ao contexto paleontológico e geográfico.

Um ponto crítico e de profunda preocupação debatido durante o trabalho de campo diz respeito ao estado físico de conservação das Itacoatiaras. Conforme demonstrado pelo guia, a

integridade da Pedra do Ingá encontra-se diretamente vulnerável pelas dinâmicas naturais da bacia hidrográfica do riacho Bacamarte, que corta o sítio arqueológico e passa exatamente em frente ao conjunto principal de gravuras. Durante a estação chuvosa, o riacho sofre uma considerável elevação no seu volume hídrico, transportando uma densa carga sedimentar e depósitos de dejetos orgânicos. As águas do riacho Bacamarte apresentam um elevado nível de acidez. Esse fator químico, aliado ao atrito físico-mecânico contínuo e turbulento exercido pelo material aluvial (areia e cascalho) contra a superfície rochosa da pedra de gnaise, acelera drasticamente o processo de desgaste e intemperismo físico e químico, gerando a gradual deterioração e perda de nitidez dos registros rupestres milenares.

A avaliação posterior dos resultados revelou que o projeto pedagógico alcançou plenamente seus propósitos educacionais. Proporcionar aos estudantes a vivência integrada de visitar o Centro Histórico de João Pessoa e o Sítio Arqueológico do Ingá, e posteriormente debater em sala de aula a importância dessas espacialidades para a formação sócio-espacial paraibana, revelou-se uma estratégia didática altamente eficaz. O diagnóstico de que muitos discentes desconheciam até mesmo a existência ou os marcos fundamentais da própria capital onde habitam foi superado por meio da prática ativa de campo, estimulando um olhar crítico e reflexivo sobre o espaço.

As apresentações e discussões realizadas em sala de aula demonstraram-se dinâmicas e ricas em troca de conhecimentos transversais. Os alunos relacionaram de forma direta os conceitos geográficos e históricos ao seu cotidiano, registrando sua percepção através de fotografias e da representação gráfica em desenhos detalhados dos monumentos, o que contribuiu de maneira decisiva para o exercício de valorização e educação patrimonial.

Dessa forma, pensar na inserção sistemática da Educação Patrimonial no currículo escolar do Ensino Médio Técnico envolve considerar a visita técnica a espaços extraescolares de aprendizagem como um trabalho constante de articulação interdisciplinar com a realidade empírica, em sintonia com a metodologia preconizada pelo Guia Básico de Educação Patrimonial. A adesão ativa dos discentes foi o vetor crucial para a consolidação dos resultados obtidos. Constatou-se que a Educação Patrimonial proporcionou uma percepção diferenciada e qualificada de seus próprios locais de vivência e formação técnica. Ao compreender o ensino de Geografia por meio de didáticas inovadoras e ativas de campo, o estudante assume-se como sujeito histórico ativo, aproximando o conteúdo escolar do seu cotidiano, compreendendo a

dimensão histórico-geográfica como componente indissociável de suas próprias vidas e de suas futuras atuações profissionais no turismo regional.

DISCUSSÃO

Os princípios conceituais e políticos que versam sobre o que hoje se compreende como patrimônio consolidaram-se historicamente na França do século XIX. Foi nesse cenário europeu que se empregou pela primeira vez o moderno conceito de patrimônio histórico e cultural, transcendendo a antiga noção de legado puramente familiar ou de transmissão de bens particulares. As significações sociais e estéticas atribuídas às edificações monumentais e aos objetos antigos geraram, gradativamente, uma preocupação coletiva que superou a iniciativa de grupos isolados. Nos séculos XIX e XX, essa preocupação conservacionista estendeu-se para a esfera do Estado, que assumiu o protagonismo de formular políticas públicas, estimulando a promulgação de leis específicas de tombamento, conservação e restauração arquitetônica, transformando essa demanda em uma autêntica problemática de escala mundial.

No contexto brasileiro, a Educação Patrimonial obteve sua introdução formal e sistematizada a partir de 1983, ano de realização do primeiro seminário nacional voltado especificamente para o assunto, sediado no Museu Imperial em Petrópolis, Rio de Janeiro. Essa abordagem pioneira consolidou-se metodologicamente como um processo de alfabetização cultural e de apropriação consciente dos bens culturais, tendo como baliza metodológica fundamental as publicações e o referencial teórico do Guia Básico de Educação Patrimonial (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999). Essa metodologia propõe que a leitura do objeto cultural e do espaço histórico ocorra de forma integrada ao cotidiano do cidadão, estimulando a curiosidade, a decodificação dos sentidos implícitos nos monumentos e a consequente preservação ativa.

No âmbito do estado da Paraíba, o amparo institucional para a salvaguarda e preservação do patrimônio histórico-cultural se deu por meio do Decreto-Lei nº 5.255, assinado pelo então governador Ernani Sátiro. Esse instrumento normativo instituiu o Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Folclórico do Estado da Paraíba (IPHAEP), integrando-o formalmente à estrutura de gestão da Secretaria de Educação e Cultura. Embora a data de 31 de março de 1971 seja considerada o marco legal da salvaguarda patrimonial estadual com o surgimento do IPHAEP, as ações de pesquisa, inventário e tombamento na Paraíba já vinham sendo

conduzidas de forma precursora pelo órgão federal - o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atualmente IPHAN) - bem antes desse período histórico.

O exemplo mais proeminente e representativo dessa salvaguarda precursora no território paraibano é a Pedra do Ingá, localizada no município de Ingá-PB. Esse monumento arqueológico singular, caracterizado por um extenso painel rochoso recoberto por intrigantes inscrições rupestres esculpidas em baixo-relevo, foi tombado como "Monumento Nacional" pelo SPHAN em 30 de novembro de 1944. Esse marco legal histórico foi viabilizado por meio de estudos e pesquisas detalhadas promovidas pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro e impulsionado de maneira decisiva pela iniciativa científica do pesquisador José Anthero Pereira Júnior, o que consagrou o Sítio Arqueológico do Ingá como o segundo monumento de natureza pré-histórica tombado na história do Brasil. Tal tombamento demonstra o reconhecimento precoce da extraordinária importância científica e patrimonial desse sítio para a compreensão do povoamento pré-histórico do Nordeste brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição do relatório pedagógico para a estrutura de artigo científico possibilitou uma análise mais sistematizada, crítica e consistente das experiências desenvolvidas com as turmas técnicas da Escola Estadual Presidente João Goulart ao longo do ano letivo de 2026. Esse processo permitiu não apenas organizar os registros e resultados das atividades realizadas, mas também refletir sobre as contribuições pedagógicas do trabalho de campo e sobre as relações estabelecidas entre os conteúdos geográficos, a memória, a cultura e a preservação dos bens patrimoniais. Nesse sentido, conclui-se que as práticas de Educação Patrimonial, quando articuladas a metodologias ativas no ensino de Geografia na Educação Básica, apresentam significativo potencial para favorecer uma aprendizagem contextualizada e socialmente relevante. Ao aproximar os estudantes dos espaços concretos em que a história e a cultura se materializam, essas experiências contribuem para superar uma abordagem restrita à transmissão de conceitos e informações presentes nos livros didáticos, possibilitando que o conhecimento seja construído a partir da observação, da investigação e da interpretação da realidade.

A experiência desenvolvida também evidenciou a existência de diferentes condições de governança, conservação e apropriação dos bens patrimoniais no estado da Paraíba. De um lado, o Centro Histórico de João Pessoa reúne importantes equipamentos culturais e espaços

destinados à preservação da memória local, alguns dos quais passaram por processos de restauração e encontram-se estruturados para receber visitantes. Entre esses espaços, destacam-se o Hotel Globo e o Centro Cultural de São Francisco, que constituem referências relevantes para compreender a formação histórica, arquitetônica e cultural da capital paraibana. A visita a esses ambientes possibilitou aos estudantes perceberem que o patrimônio não se limita a edificações antigas ou objetos históricos, mas envolve valores simbólicos, sociais e culturais que contribuem para a construção da identidade coletiva e para a compreensão da organização do espaço geográfico.

Em contraposição a essa realidade, o Sítio Arqueológico do Ingá, representado pelas Itacoatiaras do Ingá, apresenta desafios particularmente complexos relacionados à conservação de seu patrimônio natural e arqueológico. As gravuras rupestres existentes no local estão submetidas a processos de degradação associados às condições ambientais e às características do meio físico. Entre os fatores observados e discutidos, destacam-se o atrito físico-mecânico e o desgaste químico relacionados à ação das águas do riacho Bacamarte, cuja acidez pode contribuir para a alteração progressiva da superfície rochosa. Esse cenário evidencia a necessidade de ações permanentes de monitoramento, manejo ambiental e controle dos agentes capazes de comprometer a integridade das inscrições rupestres. A preservação desse patrimônio exige, portanto, uma abordagem interdisciplinar que considere simultaneamente os aspectos ambientais, arqueológicos, geológicos e tecnológicos envolvidos na conservação das rochas e das gravuras.

11

Nesse contexto, torna-se pertinente a implementação de estratégias de conservação que ultrapassem intervenções pontuais e estejam associadas a planos de manejo ambiental, medidas de controle da poluição e estudos técnicos voltados à engenharia de conservação rochosa. A proteção de um sítio arqueológico dessa relevância demanda acompanhamento contínuo das condições ambientais, identificação dos principais agentes de deterioração e adoção de medidas preventivas que reduzam os impactos sobre as gravuras. A relevância histórica e cultural das Itacoatiaras do Ingá reforça a responsabilidade do poder público, das instituições de pesquisa e da sociedade em relação à preservação desse patrimônio. Seu reconhecimento e tombamento desde 1944 demonstram a importância atribuída ao sítio ao longo do tempo, mas também evidenciam que o reconhecimento legal, embora fundamental, precisa estar acompanhado de ações efetivas de conservação, fiscalização, pesquisa e educação patrimonial.

A partir das experiências proporcionadas pelo estudo de campo, ampliam-se, ainda, as possibilidades de desenvolvimento de novas investigações científicas de caráter interdisciplinar no Agreste paraibano. A complexidade dos processos identificados permite estabelecer diálogos entre diferentes áreas do conhecimento, como a Geografia Física, a Arqueologia, a Paleontologia, a Engenharia de Materiais e o Turismo Sustentável. A aproximação entre esses campos pode contribuir tanto para a compreensão dos processos naturais que interferem na conservação do patrimônio quanto para a elaboração de alternativas de proteção, valorização e utilização responsável desses espaços. Da mesma forma, pesquisas futuras podem aprofundar a análise dos impactos da visitação turística, das condições de infraestrutura, das estratégias de educação ambiental e patrimonial e da participação das comunidades locais na construção de políticas de preservação.

Sob a perspectiva educacional, os resultados observados durante as atividades reforçam que a experiência direta com o patrimônio pode produzir aprendizagens que dificilmente seriam alcançadas exclusivamente por meio de abordagens teóricas. O contato dos estudantes com os espaços históricos e arqueológicos favoreceu atitudes de curiosidade, observação e questionamento, estimulando-os a relacionar os conteúdos trabalhados em sala de aula com situações concretas. O retorno dos participantes, expresso por meio de olhares atentos, envolvimento nas atividades, interesse pelos elementos observados e manifestações reflexivas acerca da importância da preservação, demonstra que a aprendizagem se fortalece quando o estudante é colocado diante de situações que lhe permitem investigar, interpretar e atribuir significado ao conhecimento.

12

Essa perspectiva reafirma a importância de práticas pedagógicas inovadoras que reconheçam o discente como sujeito ativo do processo educativo e como participante da construção da memória e da história de seu território. Ao compreender os espaços patrimoniais como elementos vivos da sociedade, o estudante passa a perceber que preservar não significa apenas conservar vestígios do passado, mas também proteger referências que ajudam a compreender o presente e a projetar o futuro. A Educação Patrimonial, nesse sentido, assume uma dimensão formativa que envolve não somente a aquisição de conhecimentos, mas também o desenvolvimento da responsabilidade coletiva, do sentimento de pertencimento e da valorização da diversidade cultural e ambiental.

Por fim, a experiência desenvolvida evidencia que o ensino de Geografia pode desempenhar papel significativo na construção de uma consciência crítica acerca do território e

dos patrimônios que o constituem. A articulação entre teoria e prática, escola e território, conhecimento científico e experiência dos estudantes amplia as possibilidades de uma educação comprometida com a realidade social. Ao mesmo tempo, o trabalho realizado contribui para reafirmar a relevância social da profissão docente, especialmente quando o professor cria condições para que os estudantes ultrapassem a posição de receptores de informações e assumam uma postura investigativa diante do mundo. Assim, além de enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, a experiência fortalece a compreensão de que educar também significa despertar pertencimento, responsabilidade e orgulho em relação ao lugar onde se vive e à história que nele se constrói.

REFERÊNCIAS

BRITO VA. Pedra do Ingá: Itacoatiaras na Paraíba. 2. ed. rev. e ampl. João Pessoa: JCR Ed., 2008.

CLEROT LFR. 30 Anos na Paraíba: Memórias Corográficas e outras memórias. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

D'ALBUQUERQUE ES. Comissão Permanente do Centro Histórico (CPCH). Acervo da Comissão Permanente do Centro Histórico, 1999.

HORTA ML, et al. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN. Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 14 ago. 2026.

JORNAL DA PARAÍBA. Prefeitura Municipal de João Pessoa restaura monumento histórico na Praça dos Três Poderes. Disponível em: http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/noticia/45333_prefeitura-de-jp-restaura-monumento-historico-na-praca-dos-tres-poderes. Acesso em: 15 ago. 2026.

LE MOS C. O Que é Patrimônio Histórico. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos).

MARTIN G. Pré-história do Nordeste do Brasil. 5. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. A Casa da Pólvora. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/funjope/casa-da-polvora/>. Acesso em: 16 ago. 2026.

RODRIGUES A. Turismo Rural: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001.

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA PARAÍBA. Patrimônio arqueológico: Paraíba. 2. ed. João Pessoa: Iphan/PB, 2010.